

Memória da I Guerra Mundial: um projeto republicano

SÍLVIA CORREIA

UFRJ e IHC-FCSH/NOVA

O “TRAUMA”, diz-nos o historiador Jay Winter, “é democrático”¹. Apesar da vitória e da ausência de combates em solo nacional metropolitano, a participação de Portugal na I Guerra Mundial – Guerra Total, tem um impacto dramático que vai muito além do *front* e do tempo de guerra, atingindo profundamente todas as esferas da sociedade, da política, da economia e da cultura. Refletindo sobre a “cultura de guerra”, ferramenta mental à qual os contemporâneos do conflito lançaram mão para o tornar inteligível, procura-se aqui perceber como esta terá possibilitado a “integração” da brutalidade da guerra na propagação de um exercício consolatório público. Exercício este que procurava viabilizar a superação do horror da morte, reivindicando a glória do sacrifício de uma geração envolvida numa “cruzada”, cimentando uma esperança de tipo religioso e perpetuando valores fundacionais da pátria republicana.

A polémica intervenção de Portugal na frente europeia da guerra, essencialmente determinada por interesses políticos, e os resultados dramáticos dela decorrentes, provocaram uma baixa mobilização nacional, primeiro em torno do esforço de guerra, depois da sua rememoração. Esse dissenso foi visível desde as recepções precárias às tropas e a deambulação entre datas comemorativas, até à escolha – excepcional entre os aliados – de dois Soldados Desconhecidos. Face à instabilidade política que grassava no país no pós-guerra, a projeção e manutenção de uma política memorial patriótica e republicana coube à associações que surgiram no contexto da guerra, seja a Junta Patriótica do Norte (1916), que aparece no Porto por razões assistenciais e de propaganda; a Comissão dos Padrões da Grande Guerra (1921), devotada à projeção comemorativa e monumental; e, por fim, a Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1924), dedicada à assistência aos antigos combatentes e reconhecimento público do seu esforço. Ainda durante a guerra foram levadas a cabo várias iniciativas de celebração do esforço de guerra, mas a projeção oficial de uma política memorial, direcionada à legitimação histórica da decisão republicana de intervenção, só viria a consolidar-se no pós-guerra.

As comemorações a 9 de Abril

Em 1919, Portugal teria a oportunidade de se consagrar internacionalmente entre os vencedores do conflito, incorporando as paradas da vitória em Paris, a 14 de Julho, e Londres, a 19 do mesmo mês. Por cá, de início, foram várias as datas usadas para celebrar o esforço de guerra, nomeadamente o 14 de Julho, o

11 de Novembro, ou o 9 de Abril e ainda o 5 de Outubro ou, ainda com Sidónio Pais, o 5 de Dezembro. A I República haveria de concentrar o seu esforço comemorativo no dia 9 de Abril, mantendo, num formato simples e a cabo de organizações estrangeiras no país, o internacionalmente reconhecido 11 de Novembro.

Entre 1919 e 1933, o itinerário comemorativo do 9 de Abril mantém-se regular: começa pelo matinal izar da bandeira nacional nas escolas e estabelecimentos militares e pela realização de cerimónias religiosas em memória dos mortos (missa e parada ao cemitério); à tarde, paradas com destino ao palco memorial, geralmente monumentos recém-inaugurados ou o local onde serão inaugurados, culminam nos dois minutos de silêncio e na deposição de coroas.

Aquém da maior ou menor apropriação política, o 9 de Abril é uma manifestação fúnebre, anti-militarista e pacífica. Mais do que celebrar a guerra, evocam-se os mortos em batalha. Considerando particularismos regionais e cronológicos, com o foco da análise em Lisboa e no Porto, vários elementos negam a possibilidade da primazia de um nacionalismo militarista. Aos antigos combatentes, principais promotores do cerimonial, repugnava a experiência militar à qual foram obrigados e, no sentido de evitar que esse acontecimento se repetisse, chamavam a atenção para os camaradas sacrificados, apontados como exemplo moral e cívico. No centro do palco estaria o monumento, túmulo simbólico, ao lado deste se posicionavam os antigos combatentes com as suas bandeiras inclinadas em respeito aos mortos. Atrás dos combatentes ficavam as autoridades, seguidas das crianças. Estas seriam as principais personagens de uma trama onde o morto era o protagonista. As comemorações apropriam-se, assim, de ritualismos funerários e religiosos – “os monumentos são os túmulos, e as manifestações os serviços fúnebres”² – que conferem familiaridade ao processo memorial. Pela manhã, celebra-se a missa em memória dos soldados mortos e depois, em procissão, segue-se em direção ao cemitério e/ou ao monumento, com as crianças do coro à frente. Cantam-se os hinos aos mortos (*Libera e De profundis*) ou o Hino da Paz. Faz-se um minuto de silêncio, depõem-se flores e invocam-se os mortos.

Aos mortos ausentes

Os mortos... Os mortos são transfigurados em simulacros (soldados desconhecidos, memoriais, cenotáfios) cuja dimensão compensatória procura superar a banalidade da morte em massa.

A impossibilidade de repatriamento dos corpos caídos na frente de batalha exigiu, à imagem do que

acontecia por toda a Europa, a presença de um elemento simbólico em território português – o Soldado Desconhecido. A ele se direcionavam as homenagens, sintetizando a dimensão fúnebre inerente aos cemitérios militares, inexistentes em território nacional. Dos Soldados Desconhecidos aos cemitérios procurava-se dissipar o peso da morte sobre a opinião pública, neutralizando-a em novas estruturas arquitectónicas e simbólicas, no sentido de revalorizar a morte superando a sua dimensão biológica e capitalizando-a politicamente – “na retórica cemiterial, em guerra não se morre mas sim cai-se, a vida não se perde mas doa-se, não desaparece no nada mas vive-se eternamente no império do heroísmo patriótico”³.

Em 1917 foi criada a Comissão Portuguesa de Sepulturas de Guerra com a função de tratamento dos mortos portugueses na frente de guerra. A ela caberia a responsabilidade de, na impossibilidade do repatriamento, proceder ao desenterro, identificação e inumação dos corpos num único espaço fúnebre exclusivamente português. Depois de cedido gratuitamente o terreno pelo governo francês (Agosto de 1923), os trabalhos de concentração decorreriam entre 1922 e 1938 (a concentração não foi total, além de alguns casos isolados, mantiveram-se dois talhões nos cemitérios de Antuérpia e Boulogne-sur-Mer).

O único cemitério militar exclusivamente português – Richebourg l’Avoué – era composto por um total de 1831 sepulturas, das quais 238 de pertença desconhecida, sinalizadas por lápides uniformizadas com identificação e cruz esculpida. As sepulturas, organizadas em planta rectangular, eram distribuídas por 4 talhões; encabeçadas pelo “monumento votivo” (pedra da lembrança) com simbologia política regional e o escudo nacional; e vedadas por um muro que terminava num portal em trabalho rendilhado, ladeado por duas cruzes (de Guerra e de Cristo) – um exemplar simples do esforço político em neutralizar o impacto da morte, com recurso a soluções arquitectónicas e ambientais internacionalmente padronizadas (muito inspiradas pela *Imperial War Graves Commission*), mas perpetuadoras de uma liturgia histórica nacional oitocentista.

Assim como os cemitérios de guerra, o Soldado Desconhecido vem responder, com mais eficácia, ao desejo de superação e apropriação política da morte. Em 1921, dar-se-ia a consagração dos Soldados Desconhecidos, desde a sua chegada a Lisboa até à homenagem oficial a 9 de abril e a deposição no Mosteiro de Santa Maria Vitória na Batalha a 10 de Abril (o definitivo enterro, no mesmo local, só viria a acontecer em 1924). Seria o auge das homenagens

A polémica intervenção de Portugal na frente europeia da guerra, essencialmente determinada por interesses políticos, e os resultados dramáticos dela decorrentes, provocaram uma baixa mobilização nacional, primeiro em torno do esforço de guerra, depois da sua rememoração.

Eduardo Portugal (1900-1958)
Inauguração do Monumento Nacional
aos Mortos da Grande Guerra, Lisboa, 11
Novembro 1931
Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção
Eduardo Portugal
PT/AMLSB/POR/075036



oficiais à I Guerra Mundial com ampla presença de representantes estrangeiros.

Prática comum na cultura de guerra europeia, o ritual de escolha, transporte e tumulização do Soldado Desconhecido testemunha a força do culto dos mortos no fim da guerra⁴. Porém, ressalve-se especificidades no caso português, que remetiam para as dissidências em torno da participação no conflito. A data escolhida para a consagração não foi o internacionalmente reconhecido 11 de Novembro, mas sim o 9 de Abril, data consensualmente associada ao culto dos mortos. Tratava-se, também, de uma data alusiva à maior derrota do CEP frente ao Exército alemão – a Batalha de La Lys, aquela com o impacto mortal mais amplo, e ao esforço exclusivo na frente europeia. Daí, a necessidade de dois Soldados Desconhecidos – caso excepcional em contexto europeu – um da Flandres e outro do império em África, dois campos de interesse e influência internacional.

Apesar de tudo, o elemento que daria azo a maior debate, tal como nos demais aliados, seria a escolha do lugar para a deposição dos féretros – no caso português, o Mosteiro de Santa Maria Vitória, na Batalha. Fora da capital, o mosteiro medieval gótico parecia denunciar a incapacidade da República em criar os seus próprios templos. Porém, ancorava um universo de consensos simbólicos, nomeadamente o facto de ser dedicado a um herói (Nuno Álvares Pereira, beatificado em Janeiro de 1918), que emergira da vitória contra forças castelhanas. A afirmação internacional da República perante a Espanha neutral fora, aliás, umas das razões subjacentes à participação de Portugal na guerra. Desde as cerimónias de consagração dos Soldados Desconhecidos, com notória presença dos membros da igreja, até ao local escolhido para deposição dos corpos, o processo atestava o fracasso dos propósitos mais radicais de laicização que marcaram o início do regime republicano. Como pensar a consagração da morte em Portugal sem recorrer ao manancial simbólico e ritualístico do culto dos mortos da tradição católica?

Os monumentos aos mortos

Os “monumentos aos mortos da Grande Guerra”, enquanto lugares de memória, denunciam a opção da I República em homenagear os heróis mortos – exército da nação –, que iriam fortalecer o panteão da religião civil.

Dos cerca de cem monumentos aos mortos da Grande Guerra – erigidos em Portugal, principalmente entre as décadas de 1920 e 1930 – a maioria é, do ponto de vista artístico, singela, perpetuadora de uma estética romântica nacionalista de finais de oitocentos. Estes *lugares de memória* interessam-nos, não tanto pelos seus atributos artísticos, mas pela capacidade “de reintegração, de recuperação da morte do soldado, de transferência da morte individual e intransmissível, para a vida colectiva”⁵. Assim, para compreender o impacto político e cultural destas construções e o seu papel na determinação política da memória de guerra em Portugal, impõe-se que sejam agrupadas, a partir da inscrição, símbolo e lugar, em categorias gerais, não absolutas: construções funerárias; construções patrióticas; e construções cívicas.



«Portugueses! 2 Minutos de Silêncio!

Às 17 horas de 9 d'Abril», 1923

Assinado: Ten. A. Baptista

Litografia sobre papel

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa

CT. 703 R

Cerca de metade dos memoriais são de natureza cívica, maioritariamente erguidos ou iniciados na década 20, depois de lançado o “modelo-padrão” pela Junta Patriótica do Norte. Fórmula simples e de baixo custo, propagou-se pelo país paralelamente a outra solução cívica comum entre beligerantes – o Serrano – com o primeiro exemplar de Henrique Moreira para o Porto (1928).

Menos recorrente é a tipologia funerária. Focando-se na perda e no luto, vestia uma implícita *vitória mutilada* e uma inevitável crítica à guerra. Com alguns exemplares, destacam-se as representações de *mater dolorosa* – mãe universal que chora a sua perda – seja no monumento às viúvas dos combatentes de Simões Almeida Sobrinho (1925), seja no trabalho de João da Silva para o Porto (1948).

É através do recurso à iconografia vitoriosa e patriótica que, simbolicamente, se confirma a vitória na guerra decorrente do esforço republicano. Tratam-se de exemplares poderosos resultantes, maioritariamente, de iniciativas oficiais ou de uma maior capacidade económica de comunidades ou organizações promotoras⁶. Neste quadro, é equívoco atribuir ao Estado Novo monumentos que apresentam traços modernistas ou de agigantamento, como os casos de São João da Madeira (1937), Abrantes (1940), Luanda (1935) ou Lourenço Marques (1935). Apesar de construídos na década de 1930, resultam de uma iniciativa republicana, nos dois últimos casos, de reforço simbólico e político do seu projeto colonial. São exemplares politicamente desprovidos de conotações autoritárias, limitando-se a Ditadura Militar e o Estado Novo a uma apropriação simbólica/espacial durante as respectivas efemérides, principalmente junto ao

Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra, em Lisboa (inaugurado em 1931).

Assimilando soluções europeias, o projeto rememorativo da Grande Guerra em Portugal é profundamente tradicional, lançando mão de um simbolismo material e imaterial associado a um passado pré-moderno que garantiria aos portugueses a superação do trauma e da ruptura provocados pela guerra europeia. Além disso, permitiu que a República desse continuidade a uma narrativa patriótica fundacional. Mais do que celebrar a vitória, o regime procurou forjar um consenso através de projetos rememorativos fúnebres que acentuavam o sacrifício dos heróis em prol da pátria republicana. E essa liturgia republicana, baseada no culto dos mortos, em grande medida sobreviveu à própria derrocada do regime após 1926⁷.

BIBLIOGRAFIA

- Canal, Claudio. «La retorica della morte. I monumenti ai caduti della Grande guerra», *Rivista di storia contemporanea*, 4 (1982): 659-669
- Correia, Sílvia. *Entre a Morte e o Mito. Políticas da memória da I Guerra Mundial, 1918-1933*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2015
- Gibelli, António. *La Grande Guerra degli Italiani*. Milano: Sansoni, 1998
- Prost, Antoine. «Les monuments aux morts. Culte républicain? Culte civique? Culte patriotique», in *Les lieux de mémoire. I République*, dir. Pierre Nora. Paris: Gallimard, 1984
- Winter, Jay. «Shell-Shock and the Cultural History of the Great War», *Journal of Contemporary History*, 35, 1 (2000): 7-11

¹ Jay Winter, «Shell-Shock and the Cultural History of the Great War», *Journal of Contemporary History*, 35, n.º 1 (2000): 11.

² Antoine Prost, «Les monuments aux morts. Culte républicain? Culte civique? Culte patriotique», in *Les lieux de mémoire. I République*, Pierre Nora (dir.), (Paris: Gallimard, 1984), 209.

³ António Gibelli, *La Grande Guerra degli Italiani* (Milano: Sansoni, 1998), 341

⁴ Cf. George L. Mosse, *Le guerre mondiali dalla tragedia al mito dei caduti* (Roma: Laterza, 1990), 104.

⁵ Claudio Canal, «La retorica della morte. I monumenti ai caduti della Grande guerra», *Rivista di storia contemporanea*, n.º 4 (1982): 660.

⁶ Os exemplares que recorrem à utilização da alegoria da Pátria são Lisboa (Maximiano Alves, 1931); Soure (Francisco dos Santos, 1934); Portalegre (Henrique Moreira, 1935); S. João da Madeira (Henrique Moreira, 1937); Abrantes (Rui Roque Gameiro, 1955); Lourenço Marques (Rui Roque Gameiro, 1935). Recorrem à estilização em forma de vitória, mais ou menos alada na forma, Évora (João da Silva, 1933); Valença do Minho (João da Silva, 1933); Portalegre (Henrique Moreira, 1935); Luanda (Henrique Moreira, 1934).

⁷ O presente texto decorre da obra Sílvia Correia, *Entre a Morte e o Mito. Políticas da memória da I Guerra Mundial, 1918-1933* (Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2015).



Wolfgang Sievers (1913-2007)
Hein Semke (1899-1995) trabalhando
no grupo escultórico Camaradagem
na Derrota no atelier cedido pela Casa
Wimmer, Lisboa, 1934.
Colocado no Pátio de Honra aos
Mortos Alemães da Grande Guerra,
da Igreja Evangélica Alemã de Lisboa,
seria destruído no ano seguinte por
influência do governo nazi.